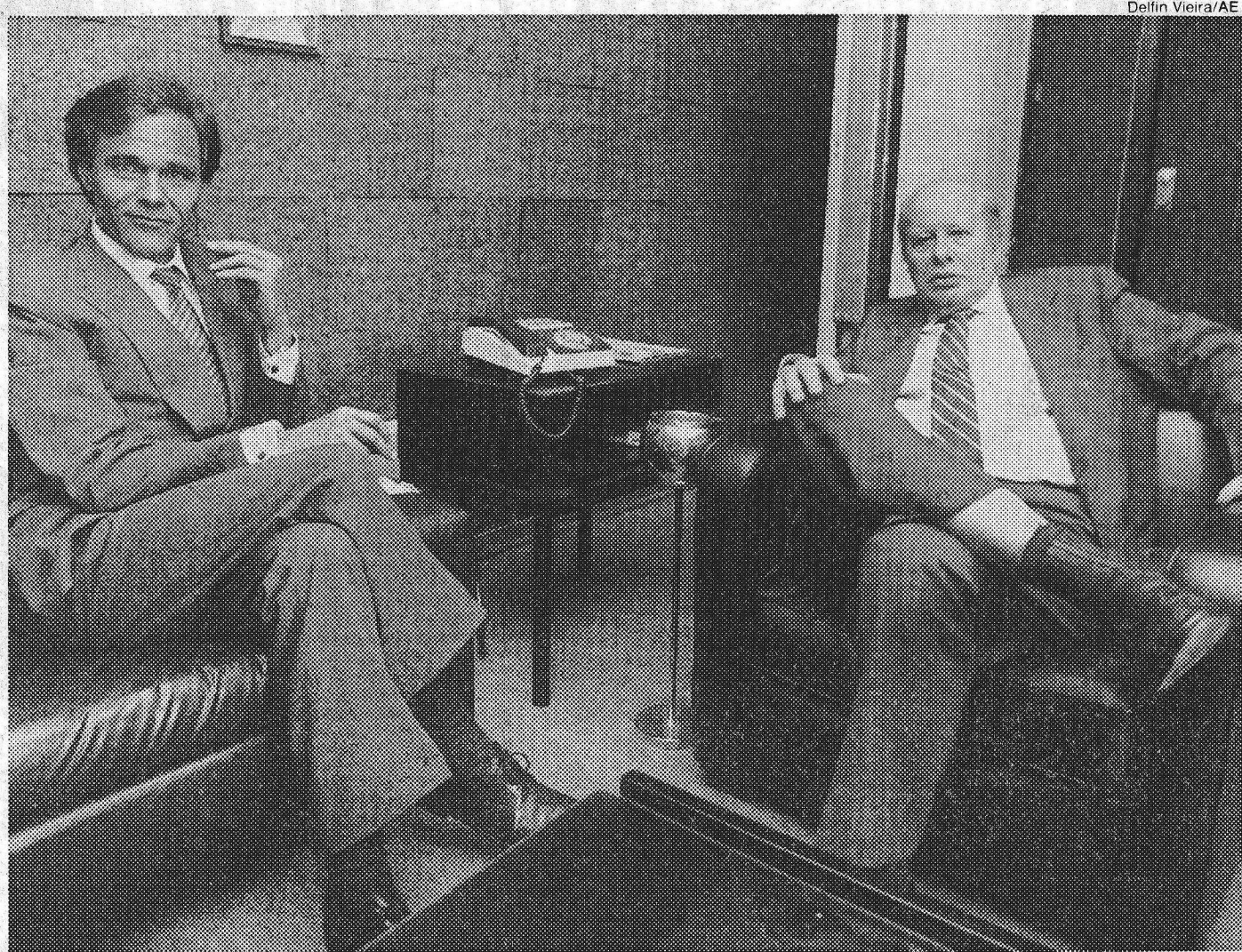


ENTREVISTA/Mário Henrique Simonsen e Daniel Dantas

“Podemos ter inflação de um dígito em 94”

O equilíbrio das contas do governo é insuficiente. O País precisa urgentemente de um superávit fiscal. Só depois disso será possível acelerar a queda da inflação com uma política de rendas que prefira preços e salários, usando o dólar de âncora, como receita o assessor especial do Ministério da Fazenda, Edmar Bacha, ou uma desindexação total da economia, como recomenda o deputado Roberto Campos (PPR-RJ). Esse é o diagnóstico de dois economistas de gerações diferentes, um professor e outro seu ex-aluno — Mário Henrique Simonsen e Daniel Dantas —, reunidos pelo Estado nesta entrevista concedida no Rio a Suely Caldas e Jô Galazi. “Se o ajuste fiscal tiver êxito, podemos começar 1994 com inflação mensal de um dígito”, confia Simonsen, com a aprovação de Dantas. “Sempre que discordei dele quebrei a cara”, afirma Dantas, principal executivo do Banco Icatu, referindo-se ao ex-professor. As opiniões dos dois são parecidas. Ambos acham que a venda de estatais rentáveis deveria ser acelerada para o governo ter condições de pagar a dívida interna. “É inadmissível que a privatização não ande porque o presidente Itamar não gosta”, diz Dantas. “Ele é o presidente, não o dono.” Simonsen considera que as duas soluções — “a la Roberto Campos e a la Edmar Bacha” — podem dar certo. “O importante é conseguir o superávit fiscal”, diz, apelando para os políticos: “Ajam responsavelmente.”



Mesmo diagnóstico

Dantas e Simonsen: depois de obtido o superávit fiscal, fica mais simples baixar inflação

Estado — O plano econômico do governo e seu objetivo básico de equilibrar as contas públicas são suficientes para fazer cair a inflação?

Mário Henrique Simonsen — Suficiente não, mas absolutamente necessário. Se não houver equilíbrio nas contas públicas e, mais ainda, se não houver uma certa folga nesse equilíbrio, para se precaver contra as chuvas e trovoadas que sempre acontecem durante a execução de programas de estabilização, nenhum plano de combate à inflação vai dar certo.

Estado — Em seguida a esse equilíbrio, deveria vir uma etapa com medidas fortes para a inflação cair mais rapidamente?

Simonsen — A etapa posterior é a transformação do Brasil em uma economia ortodoxa e, para isso, é preciso desmontar toda a legislação relativa à indexação. Nossa economia é profundamente heterodoxa: nenhum país do mundo tem lei salarial ajustando periodicamente os salários conforme a inflação; nenhum ajusta diariamente a taxa cambial de acordo com a inflação da véspera e em nenhum país as empresas corrigem seus preços por causa do Índice Geral de Preços (IGP), mas sim porque a demanda cresceu ou os seus custos aumentaram.

Daniel Dantas — Essa desregulamentação é imprescindível. Talvez a estabilização pudesse ocorrer de forma mais rápida se, obtido o equilíbrio, o governo optasse por algum tipo de política de rendas e algum tipo de controle de câmbio. Isso, contudo, não é ponto central, pois apenas aceleraria a queda da inflação.

Estado — Isso quer dizer que o Brasil precisa de uma desindexação total?

Simonsen — Não, o Brasil precisa de desregulamentar a indexação. Se quiser desindexar proibindo a indexação simplesmente, acaba-se com o mercado de capitais e com todos os contratos. O governo deve parar de regulamentar a indexação e deixar os agentes econômicos corrigirem seus contratos como quiser. É claro que o próprio governo tem de desindexar algumas coisas que se referem a ele mesmo.

Estado — A dolarização seria um recurso eficaz para isso?

Simonsen — O governo pode pensar em uma âncora cambial depois de alcançar o equilíbrio das contas públicas. O que não adianta é fazer qualquer dessas coisas sem ter absoluta certeza de que conseguiu esse equilíbrio e, mais ainda, sem um processo de privatização capaz de reduzir uma parte substantiva da dívida interna.

Dantas — Já há um indicio muito grande no Brasil de que o problema está no governo e não no setor privado. Por que o governo continua querendo regulamentar o setor privado, se ele nem sequer consegue controlar a si próprio? Sem uma reforma

patrimonial é imprudente partir para um plano de estabilização. Nessa reforma, o governo deveria vender estatais no limite do que fosse necessário para obter uma suplementação de recursos capaz de caminhar na direção da economia ortodoxa.

Estado — Independentemente de uma segunda etapa no programa de estabilização, a inflação cai mesmo?

Dantas — Com superávit fiscal e com reforma patrimonial, não sei como a inflação conseguiria se manter alta. Como a economia brasileira é altamente indexada, uma política de rendas tornaria a queda muito mais rápida e menos sofrida.

Simonsen — Pode-se cogitar de dois tipos de caminho nessa segunda etapa: um a la Roberto Campos e outro a la Edmar Bacha, embora ressaltando que não se trata de fórmulas cogitadas neste momento, mas apenas lembrando de escritos anteriores deles. Pela solução a la Roberto Campos, feito o equilíbrio das contas públicas, a partir de um determinado dia o governo deixaria o câmbio flutuar livremente, ou seja, o Banco Central nunca mais entraria nem comprando nem vendendo dólares e o mercado se en-

Simonsen — Nesse caso, o governo exerceria algum controle na economia por intermédio de uma política de rendas, entendida como uma orientação ao mercado no processo de queda dos preços. Pode-se para isso usar um prefixador ou um fixador qualquer, dependendo da velocidade que se queira dar a essa queda. O câmbio tem uma parte muito importante nisso; atuaria como uma âncora para os preços. Qual das duas receitas é a melhor? Isso é controverso, mas não há dúvida de que se precisa

das contas públicas — terá sido cumprida.

Estado — Haveria um prazo determinado na prefixação de preços e salários?

Simonsen — É imprudente fixar um prazo pela frente. Toda prefixação tem de ser por tempo indeterminado. Caso contrário, quando o prazo estiver para findar pode haver uma tremenda especulação.

Dantas — O importante é ver quando as condições estão apropriadas, e isso é fácil. É quase como perguntar

superávit, porque se houver um imprevisto ele assegurará o orçamento equilibrado. E mais: precisa ter à mão uma reforma patrimonial para ir se desfazendo da dívida interna. No momento em que conseguir essas duas condições, todas as outras serão superfluas.

Estado — Quando vai ao supermercado, a população identifica as empresas como as responsáveis pelos aumentos de preços...

Simonsen — Se apenas dois ou três preços subissem, poderia se culpar os empresários, mas ocorre que todos os preços sobem. A única coisa que não sobe em cruzeiros é a moeda. Na realidade, não são os preços que estão subindo, mas a moeda que está se desvalorizando.

Dantas — A única coisa que cai 30% ao mês no Brasil é a moeda. Até os participantes do governo costumam ter a ilusão de que exist-

te inflação no Brasil porque os empresários organizam os preços, mas não se perguntam o que é que, no Brasil, permite que as empresas aumentem os preços, enquanto nos EUA elas não fazem isso.

Estado — Os oligopólios exercem influência perniciosa sobre a inflação?

“Uma política de rendas tornaria a queda da inflação muito mais rápida e menos sofrida”
(Dantas)

Dantas — Na inflação, não. O oligopólio começa com um preço caro por falta de concorrência, portanto ele tem influência na carestia, mas não na inflação. Ele é caro desde o primeiro dia e depois aumenta preços por causa da inflação. No caso dos monopólios e oligopólios, deve-se ter controle de preços, mas para evitar a carestia. Só que eles não são os responsáveis pela inflação do tamanho da nossa nem o controle a derrubaria de fato.

Estado — Quanto aos salários, que impacto o reajuste deles tem

sobre a inflação?

Simonsen — Reajustar salários é repassar aumento nominal e não aumento real de preços. Tudo que aumenta em cruzeiros é inflacionário. O que se pode às vezes dizer é que é inflacionário, mas é justo também perguntar por que os exportadores têm seus preços reajustados diariamente, enquanto os assalariados só conseguem correção a cada dois meses.

Estado — Qual a correção a ser feita no programa de privatização?

Simonsen — Eu o tornaria mais ágil, simplesmente. Não se trata de liquidar as empresas públicas a qualquer preço, mas pode-se apressar o programa para liquidar uma parte da dívida interna. Tem de vender empresas rentáveis, para obter moeda corrente, como a Vale do Rio Doce e subsidiárias da Petrobrás, o que não exige emenda constitucional.

“A equipe econômica é extremamente competente e tem excelente presença política”
(Simonsen)

Estado — A campanha que o governo está fazendo contra sonegadores de impostos vai criar mesmo os recursos de US\$ 6 bilhões prevista pela Receita?

Simonsen — Não sei se a receita será essa, mas que é preciso combater a sonegação, é. A maneira mais eficaz para isso é pura e simplesmente conseguir cobrar impostos, com um sistema de fiscalização automático que revele por indícios onde está a sonegação. Um pouco de propaganda do combate, com casos exemplares, faz sentido. Em 1964, quando Octávio Gouvêa de Bulhões assumiu o Ministério da Fazenda, ele nomeou diretor do Imposto de Renda um excelente fiscal, que ainda por cima tinha um nome que já dizia tudo: era o dr. Travancas. Com meia dúzia de casos exemplares, conseguiu-se fazer com que muita gente pagasse.

Estado — O secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, fez uma previsão de que a inflação começa a cair a partir do primeiro trimestre de 1994. Será que o governo só vai conseguir equilibrar as contas públicas em 94?

Simonsen — Se não conseguir equilibrar as contas públicas, a inflação não cairá nem no ano que vem nem nunca mais. Ele está pensando que o equilíbrio começa a ser construído agora para ter os primeiros êxitos em 94. No momento em que acontecer o equilíbrio, você consegue a redução rápida da inflação.

Estado — Mas dá para pensar em inflação mensal de um dígito em 94?

Simonsen — É perfeitamente viável entrar o ano com um dígito mensal. Se 94 começar sem déficit público e o governo conseguir desmontar o atual sistema de indexação forçada, não tenho dúvida de que a inflação despencará. E aí, se vai ser preciso um pouco mais ou um pouco menos de política fiscal é irrelevante.

Estado — E o papel dos políticos?

Simonsen — É preciso agir responsavelmente. Se houvesse no Brasil um sistema partidário forte, o partido que estivesse no poder teria todo o estímulo para combater a inflação como condição para sua própria reeleição.

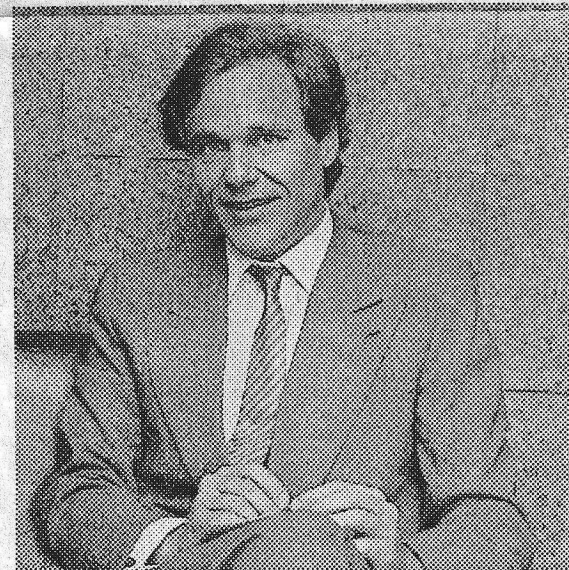
Estado — E os empresários?

Simonsen — Não devem lutar a favor da inflação porque ela mata todo mundo na economia.

Dantas — Também devem assumir uma atitude mais ativa do ponto de vista de cobrar do governo suas obrigações com a população. É inadmissível, por exemplo, que o programa de privatização não ande porque o presidente Itamar não gosta. Ele não está lá para gostar ou não gostar e sim para fazer o que for conveniente do ponto de vista do desejo da população, pois é presidente e não o dono. Se houver um plebiscito, perguntando se o governo deve vender empresas estatais e acabar com a inflação, a resposta seria “sim”.



Mário Henrique Simonsen



Daniel Dantas

partir para uma dessas duas soluções, após o ajuste das contas públicas.

Estado — Na solução a la Roberto Campos, não haveria o risco de as empresas privadas continuarem a reajustar preços pela taxa média da inflação e não pelo aumento dos custos?

Simonsen — A empresa que fizer isso não conseguirá vender e desistirá em um mês ou dois, pois afinal seus custos não estarão crescendo tanto assim.

Dantas — Em todo país do mundo, o objetivo da empresa é vender pelo maior preço que pode. Não é por patriotismo dos empresários norte-americanos que a inflação nos Estados Unidos é baixa, mas sim por causa da concorrência. No fundo, o que permite que as empresas aumentem os preços é a emissão de moeda.

Estado — Qual das duas alternativas é mais viável para este momento?

Simonsen — O viável neste momento é o que o ministro Fernando Henrique Cardoso está fazendo: tentar conseguir o ajuste do setor público. Se não fizer isso, nada vai adiantar. Feito o ajuste fiscal correto e mais a reforma patrimonial, qualquer das duas soluções daria certo.

Dantas — Na verdade, estamos falando do ponto que não é importante, isto é, do barulho que se deverá fazer para acordar o País e comunicar que o regime mudou. Qualquer um serve, já que a parte relevante — o ajuste